



**ACÓRDÃO Nº 126/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11480/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Instituto Municipal de Trânsito e Transporte de Itacoatiara – IMTT.
- 4- **Exercício:** 2015.
- 5- **Responsável:** Sr. Marcelo Melo Duarte – Ordenador de Despesa.
- 6- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 648/2017-MP-RCKS, do Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas (fls.338/343).
- 8- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Instituto Municipal de Trânsito e Transporte de Itacoatiara. Exercício de 2015.

*Regularidade com ressalvas. Multa. Quitação.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, em **divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. **Julgar Regular com Ressalvas** a Prestação de Contas do **Sr. Marcelo Melo Duarte**, Diretor do IMTT e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; artigo 18, inciso II, da Lei Complementar nº. 06/1991; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE, a Prestação de Contas Anual, referente ao exercício de 2015, do Instituto Municipal de Trânsito e Transporte de Itacoatiara – IMTT;
- 9.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Marcelo Melo Duarte** no valor de **R\$ 5.000,00** (cinco mil reais) que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ por descumprimento das improbidades apontadas. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias. Na forma prevista no artigo 1º, inciso XXVI e 52 da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, aplique ao Senhor **Marcelo Melo Duarte**, Diretor do IMTT e Ordenador de Despesas, à época, multa no montante de **R\$**



**ACÓRDÃO Nº 126/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**5.000,00** (cinco mil reais), nos termos do parágrafo único, do artigo 53, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM, valor atualizado pela Resolução nº. 25/2012, pelas impropriedades constantes nos itens 02 a 07; 10 e 11 do Relatório/ Voto. Fixe o prazo de 30 (trinta) dias (artigo 174 do RITCE) para que o Senhor **Marcelo Melo Duarte**, Diretor do IMTT e Ordenador de Despesas, à época, recolha aos cofres da Fazenda Estadual o valor da multa ora aplicada, com a devida comprovação nestes autos. Na hipótese de expirar este prazo, aquela importância deverá ser atualizada monetariamente (artigo 55, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM), ficando a DICREX autorizada a adotar as medidas previstas no artigo 173 da Subseção III, da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM;

**9.3. Dar quitação ao Sr. Marcelo Melo Duarte**, Diretor do IMTT e Ordenador de Despesas, à época, nos termos dos artigos 23 e 72, inciso I, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; artigo 189, inciso I, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE.

**9.4. DETERMINE** à Secretaria do Tribunal Pleno que:

**9.4.1.** Encaminhe à atual Administração do Instituto Municipal de Trânsito e Transporte de Itacoatiara - IMTT, cópias das peças emitidas pela Comissão de Inspeção e pelo Representante Ministerial, visando evitar o cometimento das mesmas impropriedades em Prestação de Contas futuras;

**9.4.2.** Notifique o **Sr. Marcelo Melo Duarte**, Diretor do IMTT e Ordenador de Despesas, à época, com cópia do Relatório/Voto e Acórdão para ter ciência do decisório e, querendo, apresente o devido recurso;

**9.4.3.** Após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 4/2002 – RITCE/AM adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE/AM.

**10- Ata:** 5ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 07 de Março de 2017.

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

Publicado no Diário Eletrônico  
do TCE/AM,

Edição Nº \_\_\_\_\_

De \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Fls. Nº \_\_\_\_\_

Pág. 3

**ACÓRDÃO Nº 126/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro-Presidente

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira Relatora

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**  
Procurador-Geral